



Pesquisadores Científicos se manifestam contra o Governo do Estado de São Paulo e conseguem homologar avaliação anual para elevação de nível e salário

Até o início do dezembro, Governo do Estado ainda não havia homologado o início das avaliações de pesquisadores concursados, garantidas pela Constituição desde 1975. Membros da Carreira comemoram conquista e reafirmam que a luta continua em 2016.



Dr Carlos Rossetto (76 anos) e Dr Shiro Miyasaka (92 anos), pesquisadores aposentados do Instituto Agrônomo de Campinas, marcaram presença no ato pelo acesso à Carreira do último dia 10, na sede da Secretaria de Planejamento e Gestão, em São Paulo. Dr Shiro é considerado o 'pai da soja' no Brasil.

Após ato realizado por centenas de pesquisadores científicos na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no último dia 10, em prol do direito constitucional da avaliação anual para elevação de nível dentro da Carreira Científica, a diretoria da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado

de São Paulo (APqC) recebeu nesta sexta-feira (18) a resposta do Governo do Estado de que o acesso anual da carreira de pesquisador científico referente ao ano de 2015 será homologado. De acordo com a carta, assinada pela ouvidoria da Secretaria, já foi autorizado o início do processo de avaliação e acesso aos pesquisadores, que havia sido negado durante todo o ano de 2015 sob a argumentação de corte de despesas, enfatizando erroneamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a advogada da Associação dos Pesquisadores, Dra Helena Goldman, que vem acompanhando o caso, o acesso à Carreira solicitado pelos manifestantes é uma evolução natural da carreira de pesquisador científico. “Não se trata de um novo concurso público. O cargo dos pesquisadores será mantido. O que deverá sofrer alteração, caso sejam aprovados pela avaliação da comissão, é o nível dos mesmos dentro daquele cargo, cujo acesso é garantido por lei e deve ser realizado anualmente. As despesas em questão já são programadas e não infringem nenhum dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal”, explica a advogada.

Ainda de acordo com Helena Goldman, a lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, o que não inclui as vantagens decorrentes da evolução funcional. “O processo especial de avaliação de trabalhos, provas e títulos é realizado anualmente pela Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral por expressa determinação legal. Essa imposição legal somente pode ser revogada por uma nova lei e não por entendimento de qualquer órgão administrativo, como o que estava acontecendo até então, enquanto o Governi do Estado não homologava o acesso”, esclarece.

Durante a manifestação, uma comissão formada por 5 pesquisadores científicos (PqC's) foi recebida pela assessoria da Secretaria de Planejamento e Gestão, pedindo a solução emergencial do caso com base nas leis da Carreira. A Associação dos Pesquisadores também incentivou seus mais de 1200 membros a encaminharem cartas individuais protocoladas à Secretaria.

De acordo com o presidente da APqC, Joaquim Adelino Azevedo Filho, a associação deve continuar a lutar pelos direitos garantidos pela Lei n* 125, assinada há 40 anos, que estabelece as diretrizes da Carreira de Pesquisador Científico no Estado de São Paulo. “Nossos 19 institutos de pesquisa do Estado estão trabalhando em ‘volume morto’. Estamos há mais de dez anos sem Concurso Público, pesquisadores têm pedido demissão para trabalhar no setor privado ou em institutos como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o número de pesquisadores e técnicos caiu quase 50% desde o ano 2000”, adverte o presidente da APqC.

Com a crise, de acordo com a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, ligada à Secretaria Estadual da Agricultura, novos concursos devem ser programados apenas para 2017. “Enquanto isso, estamos tentando manter vivas importantes linhas de pesquisa. No IAC (Instituto Agrônômico de Campinas), por exemplo, as pesquisas de melhoramento genético em trigo, aveia, girassol, mamona, gergelim e arroz estão todas paradas por falta de

peçoal. Já os estudos sobre algodão devem parar. A unidade, que já teve oito pesquisadores, agora só tem quatro, sendo que dois são aposentados voluntários e deixarão o trabalho até o final do ano”, finaliza Joaquim Adelino.



Komunica Assessoria de Imprensa
Jornalista responsável: Luciana Barros (Mtb: 46.501-SP)
[\(19\) 3032.5494](tel:+551130325494) / 98876.5178
lu@komunicaassessoria.com.br
www.komunicaassessoria.com.br